

ESPECIALISTA EM REGULAÇÃO DE PETRÓLEO E DERIVADOS, ÁLCOOL COMBUSTÍVEL E GÁS NATURAL - ESPECIALIDADE: GERAL 1

LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 01 - Você recebeu do fiscal o seguinte material:
a) este caderno, com as 70 questões das Provas Objetivas, sem repetição ou falha, assim distribuídas:

LÍNGUA PORTUGUESA II		LÍNGUA INGLESA II		NOÇÕES DE INFORMÁTICA II		CONHECIMENTOS GERAIS II		CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS	
Questões	Pontos	Questões	Pontos	Questões	Pontos	Questões	Pontos	Questões	Pontos
1 a 5	1,0	16 a 20	1,0	21 a 25	1,0	26 a 30	0,8	41 a 50	2,0
6 a 10	2,0	—	—	—	—	31 a 35	1,0	51 a 60	3,0
11 a 15	3,0	—	—	—	—	36 a 40	1,2	61 a 70	4,0

- b) 1 **CARTÃO-RESPOSTA** destinado às respostas às questões objetivas formuladas nas provas.

- 02 - Verifique se esse material está em ordem e se o seu nome e número de inscrição conferem com os que aparecem no **CARTÃO**. Caso contrário, notifique **IMEDIATAMENTE** o fiscal.
- 03 - Após a conferência, o candidato deverá assinar no espaço próprio do **CARTÃO**, preferivelmente a caneta esferográfica de tinta na cor preta.
- 04 - No **CARTÃO-RESPOSTA**, a marcação das letras correspondentes às respostas certas deve ser feita cobrindo a letra e preenchendo todo o espaço compreendido pelos círculos, a **caneta esferográfica de tinta na cor preta**, de forma contínua e densa. A LEITORA ÓTICA é sensível a marcas escuras; portanto, preencha os campos de marcação completamente, sem deixar claros.
- Exemplo: (A) ● (C) (D) (E)
- 05 - Tenha muito cuidado com o **CARTÃO**, para não o **DOBRAR, AMASSAR ou MANCHAR**. O **CARTÃO SOMENTE** poderá ser substituído caso esteja danificado em suas margens superior ou inferior - **BARRA DE RECONHECIMENTO PARA LEITURA ÓTICA**.
- 06 - Para cada uma das questões objetivas são apresentadas 5 alternativas classificadas com as letras (A), (B), (C), (D) e (E); só uma responde adequadamente ao quesito proposto. Você só deve assinalar **UMA RESPOSTA**: a marcação em mais de uma alternativa anula a questão, **MESMO QUE UMA DAS RESPOSTAS ESTEJA CORRETA**.
- 07 - As questões objetivas são identificadas pelo número que se situa acima de seu enunciado.
- 08 - **SERÁ ELIMINADO** do Concurso Público o candidato que:
a) se utilizar, durante a realização das provas, de máquinas e/ou relógios de calcular, bem como de rádios gravadores, *headphones*, telefones celulares ou fontes de consulta de qualquer espécie;
b) se ausentar da sala em que se realizam as provas levando consigo o Caderno de Questões e/ou o **CARTÃO-RESPOSTA**.

Obs.: Por medida de segurança, o candidato só poderá retirar-se da sala após 2 (duas) horas contadas a partir do início das provas e **NÃO** poderá levar o Caderno de Questões, a qualquer momento.

- 09 - Reserve os 30 (trinta) minutos finais para marcar seu **CARTÃO-RESPOSTA**. Os rascunhos e as marcações assinaladas no Caderno de Questões **NÃO SERÃO LEVADOS EM CONTA**.
- 10 - Quando terminar, entregue ao fiscal **O CADERNO DE QUESTÕES E O CARTÃO-RESPOSTA E ASSINE A LISTA DE PRESENÇA**.
- 11 - **O TEMPO DISPONÍVEL PARA ESTAS PROVAS DE QUESTÕES OBJETIVAS É DE 4 (QUATRO) HORAS**.
- 12 - As questões e os gabaritos das Provas Objetivas serão divulgados, no dia útil seguinte à realização das provas, nos endereços eletrônicos da ANP (www.anp.gov.br) e da FUNDAÇÃO CESGRANRIO (www.cesgranrio.org.br).

LÍNGUA PORTUGUESA II

O novo Brasil

Nenhum outro período da história brasileira testemunhou mudanças tão profundas, decisivas e aceleradas quanto os treze anos (1808-1821) em que a corte portuguesa morou no Rio de Janeiro. Num espaço de apenas uma década e meia, o Brasil deixou de ser uma colônia fechada e atrasada para se tornar um país independente. Por essa razão, o balanço que a maioria dos estudiosos faz de D. João VI tende a ser positivo, apesar de todas as fraquezas pessoais do rei. Para o historiador Oliveira Lima, ele foi “o verdadeiro fundador da nacionalidade brasileira”, por duas razões principais: assegurou a integridade territorial e deu início à classe dirigente que se reponsabilizaria pela construção do novo país. “Com ele começou a descolonização efetiva”, afirmou o escritor e crítico literário paranaense Wilson Martins. “Não só pelo fato de elevar o Brasil a reino, mas também, e sobretudo, por lhe dar desde logo e em breve espaço de tempo as estruturas de uma nação propriamente dita.”

Uma forma de avaliar a herança de D. João VI é abordar a questão pelo avesso: como seria o Brasil se a corte não tivesse vindo para o Rio de Janeiro? Apesar da relutância em fazer conjecturas, boa parte dos historiadores concorda que o país simplesmente não existiria na sua forma atual. Na hipótese mais provável, a Independência e a República teriam vindo mais cedo, mas a antiga colônia portuguesa se fragmentaria em um retalho de pequenos países autônomos, muito parecido com seus vizinhos da América espanhola, sem nenhuma outra afinidade além do idioma.

É fácil imaginar as conseqüências dessa separação:

- Esse Brasil dividido em pedaços autônomos nem de longe teria o poder e a influência que o país exerce hoje sobre a América Latina. Na ausência de um Brasil grande e integrado, o papel provavelmente caberia à Argentina, que seria, então, o maior país do continente. [...]
- Na escola, quando abrissem seus livros de Geografia, as crianças gaúchas aprenderiam que a floresta amazônica é um santuário ecológico de um país distante, situado ao norte, na fronteira com a Colômbia, a Venezuela e o Peru.
- As diferenças regionais se teriam acentuado. É possível que, a esta altura, as regiões mais ricas desse mosaico geográfico estivessem discutindo medidas de controle da imigração dos vizinhos mais pobres, como fazem hoje os americanos em relação aos mexicanos.
- Nordestinos seriam impedidos de migrar para São Paulo. Em contrapartida, ao viajar de férias para as paradisíacas praias da Bahia ou do Ceará, os paulistas teriam de providenciar passaportes e, eventualmente, pedir vistos de entrada. [...]

55 À luz da realidade do Brasil atual, tudo isso parece mero devaneio. Ainda assim, não se deve subestimar a importância de D. João VI na construção da identidade dos brasileiros de hoje. [...]

Graças a D. João VI, o Brasil se manteve como um país de dimensões continentais, que hoje é o maior herdeiro da língua e da cultura portuguesas. “D. João VI veio criar e realmente fundou na América um império, pois merece bem assim ser classificado o ter dado foros de nacionalidade a uma imensa colônia amorfa”, escreveu Oliveira Lima. Ironicamente, esse legado não seria desfrutado por D. João ou pela metrópole portuguesa. “Ele próprio regressava menos rei do que chegou”, acrescentou Oliveira Lima. “Deixava contudo o Brasil maior do que o encontrara”. Em outras palavras, ao mudar o Brasil, D. João VI o perdeu para sempre.

GOMES, Laurentino. 1808. São Paulo: Planeta, 2007.

1

O historiador Oliveira Lima chama D. João VI de “o verdadeiro fundador da nacionalidade brasileira”. O trecho que reafirma essa qualificação é

- (A) “...o país simplesmente não existiria na sua forma atual.” (l. 24-25)
- (B) “À luz da realidade do Brasil atual, tudo isso parece mero devaneio.” (l. 55-56)
- (C) “[não se deve subestimar] a importância de D. João VI na construção da identidade dos brasileiros de hoje.” (l. 56-58)
- (D) “o Brasil se manteve como um país de dimensões continentais,” (l. 59-60)
- (E) “D. João VI veio criar e realmente fundou na América um império,” (l. 61-62)

2

Analise os extratos de texto a seguir, tendo em vista o conceito de **novo Brasil**.

- I - Nenhum outro período da história brasileira testemunhou mudanças tão profundas, decisivas e aceleradas quanto os treze anos em que a corte portuguesa morou no Rio de Janeiro. (l. 1-4)
- II - Num espaço de apenas uma década e meia, o Brasil deixou de ser uma colônia fechada e atrasada para se tornar um país independente. (l. 4-7)
- III - Por essa razão, o balanço que a maioria dos estudiosos faz de D. João VI tende a ser positivo, apesar de todas as fraquezas pessoais do rei. (l. 7-9)
- IV - Graças a D. João VI, o Brasil se manteve como um país de dimensões continentais, que hoje é o maior herdeiro da língua e da cultura portuguesas. (l. 59-61)

Integram o conceito de **novo Brasil APENAS** os extratos

- (A) I e III (B) I e IV
(C) II e IV (D) I, II e III
(E) II, III e IV

3

Analisando-se o segundo parágrafo do texto, conclui-se que a interpretação da expressão “pelo avesso”, utilizada pelo autor em “Uma forma de avaliar a herança de D. João VI é abordar a questão pelo avesso.” (l. 20-21) baseia-se na seguinte premissa:

- (A) perguntas “pelo direito” são feitas de forma afirmativa.
- (B) a afirmativa seguinte apresenta uma perspectiva negativa.
- (C) não é possível analisar com clareza a herança de D. João.
- (D) se o autor indica que a pergunta está sendo feita pelo avesso, ele podia formulá-la de modo diferente.
- (E) é possível achar “o direito” da questão retirando da segunda oração o advérbio não.

4

Qual dos trechos abaixo faz o resumo dos tópicos apresentados pelo autor em forma de estrutura itemizada, mantendo as informações dadas, sem alteração de ordem e de sentido?

- (A) Se o Brasil fosse dividido e tivesse seu território fragmentado em pequenos países, a Amazônia seria para as crianças gaúchas um paraíso ecológico muito distante e pertencente a um outro país. Assim, com a acentuação das diferenças regionais surgiriam questões de mobilidade populacional e nasceriam discussões sobre passaporte e necessidade ou não de emissão de visto. Logo, o Brasil perderia poder.
- (B) Com o Brasil dividido, a hegemonia político-econômica do continente passaria à Argentina. O Rio Grande do Sul e suas crianças olhariam a Amazônia como paraíso ecológico distante. Dados esses fatos, regiões mais ricas, como as do sul e do sudeste, discutiriam não só aspectos de imigração como também burocráticos, como, por exemplo, emissão de passaporte. Já os mais pobres teriam dificuldade de locomoção.
- (C) Sem a manutenção da integridade territorial, o Brasil perderia sua unidade por causa da fragmentação dos estados em pequenos países e haveria a perda de controle do continente sul-americano. Questões migratórias nasceriam e os gaúchos concluiriam que a Amazônia, com sua paradisíaca reserva ecológica, é território de longínquo país que faz fronteira com Colômbia, Venezuela e Peru.
- (D) A divisão do Brasil provocaria questões internas como, por exemplo, a de educação. Neste caso, as aulas de geografia seriam diferentes para gaúchos e nordestinos. Os primeiros aprenderiam que a Amazônia é região que faz fronteira com Colômbia, Venezuela e Peru. Além do mais, os segundos teriam dificuldades em se locomoverem para São Paulo. Já os paulistas necessitariam de passaporte para as férias nas praias nordestinas.
- (E) O Brasil dividido perderia a ascendência que possui sobre a América Latina e faria com que crianças sulinas aprendessem que a Amazônia é reserva ecológica de um país fronteiriço a outros do norte do continente. Acentuadas as diferenças regionais, razões de ordem econômica causariam questões migratórias e os deslocamentos de habitantes necessitariam de aprovações de seus governos.

5

De acordo com o último parágrafo, D. João VI

- (A) contribuiu para ampliar as dimensões do Brasil.
- (B) chegou à colônia como rei, mas deixou de sê-lo ao partir.
- (C) concedeu privilégios à colônia, que acabou virando um império.
- (D) transformou o Brasil em um legado para a metrópole portuguesa.
- (E) fundou um império de modo a criar um herdeiro da língua e cultura portuguesas.

6

Os períodos abaixo contêm duas idéias contrastantes, **SALVO**

- (A) “...o Brasil deixou de ser um colônia fechada e atrasada para se tornar uma país independente.” (l. 5-7)
- (B) “... o balanço que a maioria dos estudiosos faz de D. João VI tende a ser positivo, apesar de todas as fraquezas pessoais do rei.” (l. 7-9)
- (C) “Não só pelo fato de elevar o Brasil a reino, mas também, e sobretudo, por lhe dar [...] as estruturas de uma nação propriamente dita.” (l. 16-19)
- (D) “Apesar da relutância em fazer conjecturas, boa parte dos historiadores concorda que o país simplesmente não existiria na sua forma atual.” (l. 23-25)
- (E) “...a Independência e a República teriam vindo mais cedo, mas a antiga colônia portuguesa se fragmentaria em um retalho de pequenos países autônomos,” (l. 25-28)

7

Dentre as expressões destacadas abaixo, qual a que **NÃO** deve usar o sinal indicativo de crase?

- (A) **As 10 horas**, o rei saía para seu passeio diário.
- (B) O Brasil cumpre o seu destino, **a medida que** o tempo vai passando.
- (C) Os frangos eram feitos **a moda** da casa imperial.
- (D) A dedicação **a população** fez de D. João um rei querido.
- (E) D. João VI declarou **a seus diplomatas** a intenção de partir.

8

Observe os termos destacados no trecho a seguir.

“Nenhum outro período da história brasileira **testemunhou** mudanças tão profundas, decisivas e aceleradas quanto os treze anos (1808-1821) em que a corte portuguesa **morou** no Rio de Janeiro.” (l. 1-4).

A relação temporal existente entre as formas verbais em destaque se mantém quando estas são substituídas por:

- (A) tinha testemunhado - teria morado.
- (B) terá testemunhado - mora.
- (C) testemunharia - moraria.
- (D) testemunha - mora.
- (E) testemunhava - morara.

9

Qual par de orações **NÃO** apresenta transformação da voz verbal?

- (A) “(O rei) assegurou a integridade territorial” / A integridade territorial foi assegurada pelo rei.
 (B) “(...) a Independência e a República teriam vindo mais cedo” / Mais cedo viriam a República e a Independência.
 (C) “(...) quando abrissem seus livros de Geografia” / Quando seus livros de Geografia fossem abertos.
 (D) “Nordestinos seriam impedidos de viajar para São Paulo” / Impediriam nordestinos de viajar para São Paulo.
 (E) “paulistas teriam de providenciar passaportes...” / Passaportes teriam de ser providenciados por paulistas.

10

No quadro abaixo, foram reescritos trechos do texto, utilizando-se pronomes relativos. O pronome **NÃO** está usado de acordo com a norma culta da língua em

	Texto	Reescritura
(A)	“...período da história brasileira testemunhou mudanças...” (l. 1-2)	período da história brasileira cujas mudanças...
(B)	“o balanço que a maioria dos estudiosos faz...” (l. 7-8)	o balanço onde a maioria dos estudiosos faz...
(C)	“o papel provavelmente caberia à Argentina, que seria,” (l. 36-37)	o papel provavelmente caberia à Argentina, à qual seria dada a condição...
(D)	“...medidas de controle da imigração dos vizinhos mais pobres,” (l. 47-48)	medidas que controlam a imigração dos vizinhos mais pobres
(E)	“não se deve subestimar a importância de D. João VI na construção da identidade dos brasileiros...” (l. 56-58)	a construção da identidade dos brasileiros em que não se deve subestimar a importância de D. João VI

11

Qual das frases tem seus verbos conjugados corretamente?

- (A) Para não perder a colônia totalmente, D. João se precaveu e preparou a Independência.
 (B) Se alguém propor hoje dividir o Brasil nas regiões da época colonial, seria considerado louco.
 (C) Duzentos anos depois, é importante que se colora a história da vinda da corte com novas nuances.
 (D) Convém que todos os brasileiros adequem seus conhecimentos às novas pesquisas sobre a história do país.
 (E) Quando os historiadores disserem todas as novidades que descobriram com os documentos recém-encontrados, todos aprenderemos.

12

No trecho “Não só pelo ato de elevar o Brasil a reino, mas também, e sobretudo, por lhe dar desde logo...”, o vocábulo de mesma classe gramatical que substitui **sobretudo**, mantendo efeito de sentido igual, é

- (A) ressalte-se
 (B) principalmente
 (C) como
 (D) por
 (E) observe

13

Qual dos textos sobre os efeitos da corte portuguesa no Brasil apresenta pontuação correta?

- (A) A colônia de repente viu abrirem-se suas portas, que haviam ficado fechadas durante trezentos anos. Assim, ficou fora do controle da metrópole. O contato com o mundo exterior despertou a colônia entorpecida; introduziram-se: mais pessoas, mais capital e novas idéias. Como consequência, os brasileiros acharam que seu destino, era maior e mais importante.
 (B) A colônia de repente viu: abrirem-se suas portas, que haviam ficado fechadas durante trezentos anos; assim, ficou fora do controle da metrópole. O contato com o mundo exterior despertou a colônia entorpecida; introduziram-se mais pessoas, mais capital e novas idéias. Como consequência, os brasileiros acharam que seu destino era maior e mais importante.
 (C) A colônia de repente viu abrirem-se suas portas que haviam ficado fechadas durante trezentos anos, assim, ficou fora do controle da metrópole. O contato com o mundo exterior despertou a colônia entorpecida: introduziram-se mais pessoas, mais capital e novas idéias. Como consequência, os brasileiros acharam, que seu destino era maior e mais importante.
 (D) A colônia de repente viu abrirem-se suas portas, que haviam ficado fechadas durante trezentos anos. Assim, ficou fora do controle da metrópole. O contato com o mundo exterior despertou a colônia entorpecida: introduziram-se mais pessoas, mais capital e novas idéias. Como consequência, os brasileiros acharam que seu destino era maior e mais importante.
 (E) A colônia de repente viu abrirem-se suas portas que haviam ficado fechadas durante trezentos anos, assim, ficou fora do controle da metrópole. O contato com o mundo exterior despertou a colônia entorpecida – introduziram-se mais pessoas, mais capital e novas idéias. Como consequência: os brasileiros acharam que seu destino era maior e mais importante.

14

Observe as mudanças de colocação de pronomes propostas abaixo.

- I - Só 46 delegados compareceram ao Parlamento, o que os tinha deixado em minoria. – o que tinha deixado-os
- II - Um historiador acredita que o Brasil poderia ter se desintegrado em três diferentes países. – se poderia ter desintegrado
- III - Antes da mudança da corte portuguesa, os conflitos regionais da colônia estavam se aprofundando. – se estavam aprofundando
- IV - As colônias no Brasil estariam perdidas para Portugal, pois os ingleses queriam ocupá-las. – os ingleses as queriam ocupar

Tais mudanças são possíveis **APENAS** em

- (A) I e II
- (B) II e IV
- (C) I, II e III
- (D) I, III e IV
- (E) II, III e IV

15

Observe as sentenças abaixo, retiradas de uma reclamação, feita por uma secretária, sobre um móvel enviado com defeitos. Qual delas não tem erro de paralelismo?

- (A) O produto logo no início mostrou má-qualidade no acabamento e que tinha as gavetas emperradas.
- (B) O novo móvel deve estar dentro dos critérios previamente combinados, e que seja enviado o mais rapidamente possível.
- (C) Além disso, o manual de instalação tem mais de 150 páginas e pouca clareza.
- (D) Assim, gostaríamos de pedir a troca do móvel enviado, que não foi aprovado pela gerência e por outros interessados.
- (E) Recomendamos a V.S. retirar o móvel inadequado e que envie outro, de melhor qualidade, para substituí-lo.

LÍNGUA INGLESA II

GLOBAL PETROLEUM

The outlook for oil supply and demand fundamentals over the next two years points to an easing of the oil market balance in 2009. Higher non-OPEC production and planned additions to OPEC capacity should more than offset expected moderate world oil demand growth, and relieve some of the tightness in the market. As a result, surplus production capacity could grow from its current level of under 2 million to over 4 million barrels per day by the end of 2009. This balance suggests some price softening, although delays or downward revisions in capacity additions in both OPEC and non-OPEC nations could alter the outlook, as could OPEC production decisions.

World oil consumption is expected to rise by 1.6 million barrels per day in both 2008 and 2009 compared with the estimated 1 million barrels per day increase recorded last year. The larger volume gains expected in 2008 and 2009 compared with 2007 mainly reflect higher consumption expected in the Organization for Economic Cooperation and Development (OECD), particularly Europe, where weather factors constrained oil consumption last year. Projections of continued strong world economic growth will spur oil consumption gains in a number of non-OECD markets, including China, non-OECD Asia, and the Middle East countries, over the next 2 years.

OPEC members' production decisions and the pace and timing of capacity additions in a number of countries will play a key role in determining oil market trends over the next 2 years. The Energy Information Administration projects that OPEC crude oil production will average about 32.6 million barrels per day in 2008 and 31.8 million barrels per day in 2009 compared with the 31.7 million barrels per day seen during the fourth quarter of 2007. Increased production from Angola, Saudi Arabia, Kuwait, and Iraq boosted OPEC's crude output during the fourth quarter 2007.

Non-OPEC production is expected to rise by about 0.9 million barrels per day in 2008 and by 1.6 million barrels per day in 2009. This compares with a gain of 0.6 million barrels per day recorded last year. Azerbaijan, Russia, Canada, Brazil, the United States, China, Sudan, and Kazakhstan account for a large share of the gain in non-OPEC production growth in 2008 and 2009. Increases in these nations will more than offset expected declines in production in a number of countries including Mexico, the United Kingdom, and Norway.

EIA – Energy Information Administration
Short-Term Energy Outlook, January 8, 2008

16

The purpose of the first paragraph is to

- (A) announce that world oil production capacity will soon increase to 4 million barrels per day.
- (B) criticize both OPEC and non-OPEC countries for causing unexpected delays in production.
- (C) discuss the prospects for global oil supply and demand until the end of the year 2009.
- (D) predict increasing losses in the oil markets if the surplus production capacity remains unaltered.
- (E) report what will certainly happen in the international oil market over the next two years.

17

According to Paragraph 2, oil consumption

- (A) achieved a record-breaking increase in the world last year.
- (B) fell sharply in Europe in 2007 due to weather factors.
- (C) is likely to speed economic growth in a number of markets.
- (D) may increase in 2008-2009 at a higher rate than in 2007.
- (E) will certainly grow in OECD countries for the next 2 years.

18

Concerning the oil production of both OPEC and non-OPEC members the text informs that

- (A) OPEC crude oil production is expected to grow steadily over the next two years.
- (B) the oil output of Mexico and Norway, among other countries, decreased last year.
- (C) non-OPEC countries' daily production averaged six hundred thousand barrels of oil in 2007.
- (D) an upward trend in oil production of non-OPEC nations is expected in 2008-2009.
- (E) Angola, Saudi Arabia, Kuwait and Iraq could not pump any oil in the first three quarters of 2007.

19

The sentence in which "should" is used in the same sense as in "...planned additions to OPEC capacity should more than offset..." (lines 4-5) is:

- (A) I should say that the salaries make up very nearly two thirds of the budget
- (B) If you should be fired, your health benefits will not be automatically cut off.
- (C) In such cases the officer should first give notice to those in the house.
- (D) Should he go back to the office and wait for you to telephone?
- (E) This year's treasury deficit should be six billion dollars or more.

20

The statement which describes accurately the meaning relationship between the pair of words is

- (A) "offset" (line 5) means *compensate for*.
- (B) "softening" (line 10) is the opposite of *reduction*.
- (C) "constrained" (line 22) and *restrained* are antonyms.
- (D) "spur" (line 24) could be replaced by *discourage*.
- (E) "boosted" (line 36) and *hindered* are synonyms.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA II

21

Um determinado usuário trabalha em uma rede que possui o servidor "anpout.gov.br" para envio de e-mails e o servidor "anpin.gov.br" para download de e-mails. Qual das configurações a seguir esse usuário deve utilizar na sua ferramenta de e-mails?

- (A) servidor de email pop3 = "anpout.gov.br" e servidor de email imap = "anpin.gov.br"
- (B) servidor de email pop3 = "anpout.gov.br" e servidor de email smtp = "anpin.gov.br"
- (C) servidor de email stmp = "anpout.gov.br" e servidor de email pop3 = "anpin.gov.br"
- (D) servidor de email dhcp = "anpout.gov.br" e servidor de email imap = "anpin.gov.br"
- (E) servidor de email imap = "anpout.gov.br" e servidor de email dhcp = "anpin.gov.br"

22

Um funcionário precisa encontrar um documento Microsoft Word 2003 (extensão doc) disponibilizado na Internet por sua empresa. Sabendo-se que o título do documento é **Impactos Ambientais na Baía de Guanabara** e que o documento possui as palavras-chave **ecossistema** e **petróleo**, qual a forma mais eficaz de encontrar esse documento utilizando o site de busca <http://www.google.com?>

- (A) Impactos Ambientais na Baía de Guanabara ecossistema petróleo
- (B) Impactos Ambientais na Baía de Guanabara ecossistema petróleo filetype:doc
- (C) "Impactos Ambientais na Baía de Guanabara ecossistema petróleo"
- (D) "Impactos Ambientais na Baía de Guanabara" ecossistema petróleo filetype:doc
- (E) "Impactos Ambientais na Baía de Guanabara" - ecossistema -petróleo filetype:doc

23

Para executar tarefas comuns, que não exijam privilégios de administrador, é uma boa prática de segurança não utilizar um usuário que possua tais privilégios, uma vez que

- (A) cavalos de tróia só atacam máquinas autenticadas com administrador do sistema.
- (B) um código malicioso pode ganhar os privilégios do usuário autenticado.
- (C) programas antivírus só podem ser atualizados por usuários sem privilégios de administrador.
- (D) usuários sem privilégio de administrador são imunes a código malicioso.
- (E) usuários sem privilégios de administrador, apenas, possuem permissão para executar o navegador html.

24

Considerando-se *backups* completos e incrementais, julgue as afirmações a seguir.

- I - A realização de *backups* (completos ou incrementais) objetiva minimizar a probabilidade de perda de dados, enquanto a realização de restauração visa a recuperar dados previamente armazenados.
- II - O procedimento de geração de *backups* incrementais compara a data da última escrita de um arquivo com a data de realização do último *backup* para decidir se deve copiar o arquivo.
- III - A restauração de arquivos gravados em *backups* incrementais é mais trabalhosa do que a restauração de um arquivo em um *backup* completo.

É(São) verdadeira(s) a(s) afirmação(ões)

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

25

Os *links* simbólicos do sistema Linux e os atalhos do sistema Windows podem ser utilizados para

- (A) acessar um mesmo recurso através de caminhos diferentes.
- (B) adicionar ou remover *hardware* com segurança.
- (C) iniciar a execução de um documento no *prompt* do MS-DOS.
- (D) criar teclas de atalho personalizadas.
- (E) criar uma partição compartilhada para os dois sistemas (Linux e Windows).

CONHECIMENTOS GERAIS II

26

Analise as afirmativas a seguir a respeito das entidades da administração federal indireta.

- I - Empresas públicas e sociedades de economia mista só podem ser criadas por lei específica.
- II - As fundações públicas terão suas áreas de atuação definidas por meio de lei ordinária.
- III - A participação acionária de uma sociedade de economia mista em um grupo empresarial privado depende de autorização legislativa.
- IV - Aos empregados das sociedades de economia mista da União não são aplicáveis as mesmas vedações sobre acumulação de cargos, empregos e funções, que atingem os servidores das autarquias.

É(São) verdadeira(s) **APENAS** a(s) afirmativa(s)

- (A) I
- (B) I e III
- (C) I e IV
- (D) II e III
- (E) II e IV

27

Dentre as situações que envolvem concessões, a seguir, qual está em **DESACORDO** com a legislação?

- (A) O concessionário, após ter assinado o contrato específico, poderá rescindi-lo, mediante ação judicial específica.
- (B) Os contratos das concessões devem, necessariamente, observar a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro.
- (C) A legislação federal permite a cobrança de tarifas diferenciadas para o mesmo serviço prestado, mediante concessão.
- (D) A caducidade pode ser declarada, após processo instaurado para tal fim, quando houver descumprimento de penalidades atribuídas pelo poder concedente.
- (E) Uma das modalidades de término da relação contratual de concessão é o advento do termo, podendo haver indenização.

28

Tendo como referência o Código de Ética, aprovado pelo Decreto nº 1.171, de 22 de junho de 1994, incluídas suas alterações posteriores, bem como as disposições pertinentes da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, consolidada com as suas várias alterações posteriores, analise as afirmações a seguir.

- I - O referido código só é aplicável aos servidores efetivos, não vinculando os servidores temporários.
- II - A comissão de ética tem como atribuição fornecer dados, para utilização nos processos de progressão funcional dos servidores.
- III - A formação de uma comissão de ética específica, no âmbito dos diversos órgãos federais, é compulsória.
- IV - A comissão de ética pode aplicar a pena de suspensão, prevista na Lei nº 8.112, de 1990, considerada sua alteração no referido Decreto.

É(São) verdadeira(s) **APENAS** a(s) afirmativa(s)

- (A) I
- (B) I e III
- (C) I e IV
- (D) II e III
- (E) II e IV

29

Em relação aos atos administrativos, são feitas as afirmações abaixo.

- I - Os atos de caráter normativo poderão ser delegados, de acordo com a conveniência do dirigente do órgão.
- II - Os atos decisórios de órgãos colegiados deverão constar de ata ou termo escrito, sendo permitido efetuar sua reprodução mecânica, desde que não sejam prejudicados direitos dos interessados.
- III - No caso de decisão sobre concursos públicos, tais atos poderão ser motivados, com indicação dos fatos e fundamentos jurídicos.
- IV - Contra decisões administrativas cabe recurso, que deve ser dirigido inicialmente à autoridade prolatora do ato.

Estão corretas **APENAS** as afirmações:

- (A) I e II
- (B) I e III
- (C) I e IV
- (D) II e IV
- (E) III e IV

30

Quando admitida a participação de consórcios nas licitações para outorga dos contratos de concessão para a exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e de gás natural, o edital de licitação deverá

- (A) determinar a proibição de participação de uma empresa integrante de consórcio na licitação de um mesmo bloco, seja através de outro consórcio ou diretamente.
- (B) determinar a proibição de participação de empresa estrangeira em consórcios.
- (C) exigir, como requisito de qualificação jurídica, a apresentação de documento que comprove a prévia constituição do consórcio, subscrito por todas as consorciadas.
- (D) exigir, nas hipóteses em que não há responsabilidade solidária das consorciadas, a indicação das obrigações específicas de cada integrante do consórcio.
- (E) exigir, como requisito à participação na licitação, o prévio registro do instrumento de constituição do consórcio no órgão de registro do comércio.

31

Considerando as características do regime jurídico a que se sujeita a Petróleo Brasileiro S.A. – PETROBRAS, trata-se esta de uma

- (A) sociedade de economia mista com o controle acionário pertencente à União, cuja participação em consórcios para exploração das atividades da indústria do petróleo deve se dar sempre na condição de empresa líder.
- (B) sociedade de economia mista com o controle acionário pertencente à União, autorizada a constituir subsidiárias para o exercício das atividades integrantes da indústria do petróleo previstas em seu objeto social.
- (C) sociedade de economia mista com controle acionário pertencente à União, cuja atuação está restrita ao território nacional.
- (D) empresa pública com controle acionário pertencente à União, autorizada a exercer as atividades constantes de seu objeto social dentro e fora do território nacional.
- (E) empresa pública com controle acionário pertencente à União, cuja atuação está restrita ao território nacional.

32

Em relação a empresas públicas e sociedades de economia mista, considere as afirmativas a seguir.

- I - Integram a administração pública indireta.
- II - Podem se destinar à exploração de atividade econômica.
- III - Sua instituição depende de previsão legal que autorize sua criação.
- IV - A criação de suas subsidiárias independe de autorização legislativa.
- V - Estão obrigadas a realizar prévio procedimento licitatório para contratação de obras e serviços ou aquisição de bens.

Estão corretas **APENAS** as afirmativas

- (A) I e II
- (B) III e IV
- (C) II, III e IV
- (D) I, II, III e V
- (E) I, III, IV e V

33

Nos termos da Constituição Federal vigente, pode-se afirmar que compete exclusivamente ao Congresso Nacional:

- I - resolver definitivamente sobre tratados que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional;
- II - apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;
- III - processar e julgar os Ministros de Estado nos crimes de responsabilidade;
- IV - autorizar referendo e convocar plebiscito.

Estão corretas as afirmativas

- (A) I e II, apenas.
- (B) I e IV, apenas.
- (C) II e IV, apenas.
- (D) I, II e IV, apenas.
- (E) I, II, III e IV.

34

NÃO se trata de procedimento cujo julgamento compete originariamente ao Supremo Tribunal Federal (STF) a(o)

- (A) ação contra o Conselho Nacional de Justiça.
- (B) ação direta de inconstitucionalidade de Lei Federal.
- (C) ação declaratória de constitucionalidade de Lei Federal.
- (D) mandado de segurança contra ato de Ministro de Estado.
- (E) pedido de extradição formulado por Estado estrangeiro.

35

Sobre as matérias cuja competência para legislar é concorrente da União, Estados e Distrito Federal, foram feitas as afirmativas a seguir.

- I - No âmbito da legislação concorrente, a competência da União limitar-se-á a estabelecer normas gerais.
- II - A competência da União para legislar sobre normas gerais não exclui a competência suplementar dos Estados.
- III - Inexistindo lei federal sobre normas gerais, os Estados exercerão a competência legislativa plena.
- IV - A superveniência de lei federal sobre normas gerais suspende a eficácia da lei estadual, naquilo que lhe for contraditório.

Estão corretas as afirmativas

- (A) I e II, apenas.
- (B) I e IV, apenas.
- (C) II e IV, apenas.
- (D) I, II e IV, apenas.
- (E) I, II, III e IV.

36

Sobre os procedimentos aplicáveis às reuniões da Diretoria da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP, é **INCORRETO** afirmar que os(as)

- (A) Diretores podem encaminhar previamente ao Diretor Geral votos escritos sobre as matérias constantes da pauta, em caso de justificada impossibilidade de comparecimento à determinada reunião.
- (B) reuniões de Diretoria da ANP são presididas pelo Diretor Geral ou, na sua ausência, por qualquer dos Diretores presentes.
- (C) reuniões de Diretoria se instalam com a presença de, no mínimo, 3 (três) Diretores da agência, sendo um deles obrigatoriamente o Diretor Geral ou seu substituto.
- (D) deliberações da Diretoria, como órgão colegiado, serão tomadas com os votos convergentes de, ao menos, três de seus membros.
- (E) convocações de reunião de Diretoria podem ser feitas isoladamente pelo Diretor Geral da ANP.

37

Acerca das sessões deliberativas da Diretoria da ANP destinadas a resolver conflitos entre agentes econômicos da indústria do petróleo, analise as afirmativas a seguir.

- I - A decisão proferida pela Diretoria da ANP nas situações em que não há acordo entre as partes em conflito possui força terminativa.
- II - Os interessados possuem o direito de obter a transcrição da gravação das sessões deliberativas da Diretoria da ANP.
- III - A Diretoria da ANP utilizará os casos já mediados pela Agência como precedentes para novas decisões.
- IV - As sessões deliberativas serão sempre públicas.

Estão corretas as afirmativas

- (A) I e III, apenas.
- (B) II e IV, apenas.
- (C) III e IV, apenas.
- (D) I, III e IV, apenas.
- (E) I, II, III e IV.

38

A proibição que **NÃO** se aplica aos servidores em efetivo exercício nas Agências Reguladoras é:

- (A) prestar serviços, ainda que eventuais, a empresa cuja atividade seja controlada ou fiscalizada pela entidade, salvo os casos de designação específica.
- (B) firmar ou manter contrato com instituição regulada, bem como com instituições autorizadas a funcionar pela entidade, em condições mais vantajosas que as usualmente ofertadas aos demais clientes.
- (C) exercer outra atividade profissional, inclusive gestão operacional de empresa, ou direção político-partidária, excetuados os casos admitidos em lei.
- (D) contrariar súmula, parecer normativo ou orientação técnica, adotados pela Diretoria Colegiada da respectiva entidade de lotação.
- (E) exercer suas atribuições em processo administrativo, no qual seja interessado parente consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o 4º (quarto grau).

39

Considerando a criação de carreiras e a organização de cargos efetivos das autarquias especiais denominadas Agências Reguladoras, relacione as colunas.

- I - Classe
- II - Padrão
- (P) O seu conjunto de cargos de mesma profissão, natureza do trabalho ou atividade, escalonadas segundo a responsabilidade e complexidade inerentes a suas atribuições.
- (Q) É sua divisão básica integrada por cargos de idêntica denominação, atribuições, grau de complexidade, nível de responsabilidade, requisitos de capacitação e experiência para o desempenho das atribuições.
- (R) A posição do servidor na escala de vencimentos.

A relação correta é:

- (A) I - P e II - Q
- (B) I - P e II - R
- (C) I - Q e II - P
- (D) I - Q e II - R
- (E) I - R e II - Q

40

Qual dos conceitos abaixo está em **DESACORDO** com a legislação do servidor público federal?

- (A) Readaptação é a investidura do servidor em cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental verificada em inspeção médica.
- (B) Reversão é o retorno à atividade de servidor aposentado no interesse da administração, desde que a aposentadoria tenha ocorrido nos dois anos anteriores à solicitação.
- (C) Reversão é o retorno à atividade de servidor aposentado por invalidez, quando junta médica oficial declarar insubsistentes os motivos da aposentadoria.
- (D) Reintegração é a reinvestidura do servidor estável no cargo anteriormente ocupado, ou no cargo resultante de sua transformação, quando invalidada a sua demissão por decisão administrativa ou judicial, com ressarcimento de todas as vantagens.
- (E) Recondução é o retorno do servidor estável ao cargo anteriormente ocupado e decorrerá de inabilitação em estágio probatório relativo a outro cargo.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

41

Em virtude da transferência de propriedade do petróleo da União para o concessionário na operação de extração do petróleo, como decorrência da alteração constitucional perpetrada pela Emenda Constitucional 9/95, levada a efeito pela Lei nº 9.478/1997, o Estado do Rio de Janeiro editou a Lei nº 4.117/2003, para fazer incidir o ICMS sobre esta primeira circulação econômica, física e, principalmente, jurídica da mercadoria petróleo.

MUSSI DA SILVA, L. *ICMS sobre Petróleo*, Rio de Janeiro: Lúmen Juris, 2005.

A partir da leitura do texto acima, e considerando-se a legislação sobre ICMS, analise as afirmações a seguir.

- I - Na verdade, a alteração das normas constitucionais não estabeleceu as condições necessárias para enquadrar a operação de extração do petróleo na hipótese constitucional de incidência do imposto sobre a operação relativa a circulação de mercadoria, na concepção do art. 155, II, da CRFB; daí, o fundamento da ADI nº 3.019, já transitado em julgado.
- II - A competência impositiva para a instituição do ICMS está delimitada por uma moldura constitucional integrada por três elementos conjugados: operação, circulação e mercadoria, sendo os dois últimos adjetivação do substantivo operação, sobre o qual efetivamente incide o tributo.
- III - A Constituição define os conceitos dos três elementos, isto é, circulação, mercadoria e operação.
- IV - Quaisquer atos ou negócios jurídicos praticados durante a atividade comercial, visando à circulação de mercadorias, são considerados operações para efeito de incidência de ICMS.

Estão corretas **APENAS** as afirmações

- (A) I e III
- (B) I e IV
- (C) II e III
- (D) II e IV
- (E) III e IV

42

O artigo 9 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, está na Seção I do Capítulo II, que prevê os atos de improbidade administrativa. Qual das afirmações a seguir está em **DESA-CORDO** com esta legislação?

- (A) Apresenta-se como sendo a norma central, o verdadeiro coração da Lei da Improbidade, o *caput* deste dispositivo, em epígrafe, porque os atos que importam enriquecimento ilícito afiguram-se como dos mais graves tipos que a Lei encerra em seu conteúdo.
- (B) Considera-se ato ilícito a incorporação, por qualquer forma, ao patrimônio do agente público, de bens, rendas, verbas ou valores integrantes do acervo patrimonial das entidades indicadas na norma.
- (C) Consiste em ato ilícito, referido no *caput*, aceitar emprego, comissão ou exercer atividade de consultoria ou assessoramento para pessoa física ou jurídica que tenha interesse suscetível de ser atingido ou amparado por ação ou omissão decorrente das atribuições do agente público, mesmo fora da atividade.
- (D) Constitui ato de improbidade administrativa auferir qualquer tipo de vantagem patrimonial indevida em razão do exercício de cargo, mandato, função, emprego ou atividade mencionados no artigo 1º da legislação em epígrafe.
- (E) Implica enriquecimento ilícito a vantagem auferida mediante ato de improbidade.

43

O Código de Defesa do Consumidor (CDC), Lei nº 8.078/1990, ao disciplinar as relações contratuais de consumo, estabelece como sendo nulas de pleno direito, entre outras, as cláusulas contratuais relativas ao fornecimento de produtos e serviços elencadas no artigo 51. Qual das interpretações a seguir confere com o disposto nesta Lei?

- (A) As cláusulas previstas no artigo 51 são taxativas e, portanto, não podem ser ampliadas pelos agentes de políticas públicas.
- (B) As cláusulas abusivas previstas no CDC não se aplicam em acordos verticais *midstream*, pois estes contratos não consistem em relações de consumo.
- (C) As cláusulas previstas na Seção II do CDC não podem ser ampliadas, porque compete ao Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor fazê-lo.
- (D) A vinculação do produto ou serviço a outro produto ou serviço pode não ser uma cláusula abusiva, segundo a interpretação do artigo 51 do CDC.
- (E) O âmbito de aplicação das cláusulas abusivas pode alcançar cláusulas tipicamente abusivas em contratos de distribuição, tornando-as nulas.

44

Concebe-se que a flexibilização do monopólio estatal do petróleo ocorreu a partir de 1995 (com a aprovação da Emenda Constitucional nº 9, de 9 de novembro de 1995, e da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1977). Não obstante, esse processo parece ter sido anterior. Durante o período de vigência do monopólio legal da Petrobras, identificaram-se contratos para possibilitar as demandas técnicas e de pessoal na perfuração, sendo comum a contratação de serviços terceirizados de perfuração e afretamento de plataformas, o que, dada a necessidade tecnológica, só era possível mediante a formação de *joint ventures* entre empresas nacionais (usualmente contratadas para perfuração) e, eventualmente, estrangeiras (encarregadas de contratos de afretamento). Nesse sentido, eram dois contratos nos quais as empresas costumavam alternar o papel de contratada e interveniente e eram solidárias na responsabilidade contratual. Costumavam, portanto, ter uma contabilidade conjunta para esta “tarefa”, “vigiada” por uma grande empresa de auditoria. Essa situação fática (do emprego desse tipo de associação entre empresas) persiste em vários aspectos após o paradigma da Constituição de 1988, mas agora sob a égide do fenômeno da descentralização do Estado, destacadas as hipóteses de extração e refino por concessionárias do setor privado. Cabe averiguar, portanto, qual a natureza jurídica de um acordo com tais características, sem o que, não se saberia qual “direito” (seja público, ou seja privado) aplicar. Restam dúvidas de direito regulatório e direito tributário. Qual das explicações a seguir **NÃO** se relaciona com a situação descrita acima?

- (A) A ANP, com o fim dos contratos de risco, deixou de reconhecer esta forma de acordo nos contratos, sendo partícipes apenas as empresas legalmente constituídas no caso de outorgas e cessão de direitos, em decorrência do disposto no Decreto nº 2.705.
- (B) A doutrina mercantilista, de um modo geral, reconhece nas *joint ventures* elementos fáticos encontrados no mundo real, com lastro jurídico de acordos de colaboração entre empresas, cujo objetivo restringe-se à realização de um empreendimento comum.
- (C) A colaboração por vezes é necessária para uma tarefa complexa, sendo que existem várias técnicas de colaboração entre empresas: a admissão em uma sociedade já existente, a criação de nova sociedade e um contrato que regule essa colaboração.
- (D) O Direito Comercial está em evolução, sendo prova disso o fato de que essa categoria de acordos equivale a uma evolução dos diversos tipos de sociedade hoje conhecidos, uma vez que são as sociedades, já inscritas nos registros públicos e dotadas de personalidade jurídica, que se associam com a finalidade precípua de diminuição de riscos.
- (E) O consórcio, forma de colaboração entre empresas, constitui uma entidade distinta, dotada de autonomia operacional, sendo os rendimentos computados nos resultados das empresas consorciadas, proporcionalmente à participação de cada uma no empreendimento, na forma do IN SRF nº 105/84.

45

O art. 20 da CRFB lista os bens da União. A titularidade da União sobre os recursos minerais, inclusive os do subsolo, é fixada no inciso IX. Além disso, o inciso V determina o domínio da União sobre os recursos naturais da plataforma continental e da zona econômica exclusiva. Não obstante, segundo o estabelecido no artigo 3º da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997 (Lei do Petróleo), que ratifica o preceito constitucional determinando que pertencem à União os depósitos de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos existentes no território nacional, estabelece, também, que as atividades econômicas podem ser exercidas mediante concessão ou autorização. Pois bem, o poder concedente cabe à ANP, segundo determina o inciso IV do art. 8º da Lei nº 9.478/1997, o que deverá ocorrer mediante contrato administrativo de concessão. Observa-se, então, nesse particular, o problema da natureza dos atos prolatados pela ANP no cumprimento das competências previstas no inciso IV.

Considerando-se o texto e avaliando-se os atos da Agência em relação a atos administrativos vinculados e discricionários, é **INCORRETO** afirmar que

- (A) a natureza dos atos praticados no exercício da função de administrar pela ANP é de ato administrativo essencialmente vinculado, cabendo, em regra, a revisão judicial, embora existam aspectos específicos de discricionariedade.
- (B) a violação de algum dos incisos do artigo 44 pela autoridade administrativa pode dar lugar a revisão, não obstante a violação de parte do concessionário, ou mediante atos de sua responsabilidade, no caso de demandas conseqüentes de tal ato, gera para este último a obrigação de indenizar terceiros, a ANP e a União.
- (C) o disposto no art. 44 da Lei do Petróleo estabelece as obrigações do concessionário, sendo passível de alteração este dispositivo por atos regulatórios anteriores ou posteriores.
- (D) os atos discricionários eventualmente praticados pela ANP são delimitados pelos princípios que informam o direito administrativo regulatório em âmbito federal, adequado à motivação do ato, destacando-se a sua razoabilidade, eficiência do objeto, proporcionalidade entre seu ônus e respectivos fins e interesses sociais.
- (E) os atos administrativos prolatados pela ANP estão sujeitos a revisão de outras instituições governamentais, como do próprio Poder Judiciário.

46

Os princípios gerais informadores das políticas públicas em matéria de petróleo, que devem ser respeitados na interpretação e na aplicação da lei, têm fundamento da CRFB. Entre elas, há a tutela do processo de formação de preços públicos. Segundo o artigo 5º da chamada Lei do Petróleo, a exploração das atividades de pesquisa e lavra, refinação, importação e transporte marítimo pode ser objeto de concessão ou autorização a empresas da iniciativa privada, o que infunde no processo de formação (até então) tarifária, o lucro. Podem existir condutas, ao longo do processo produtivo, suscetíveis de constituir distorções no processo de formação de preço (impondo níveis de preço embutindo um lucro supra-normal) ou das condições de contratação (falseando a livre interação entre compradores e vendedores). Essas distorções, uma vez identificadas, são suscetíveis de prejudicar interesses de concorrentes, distribuidores, adquirentes e consumidores ao longo de toda a escala produtiva. Suponha o caso de distribuição de combustível no varejo, em que o agente ativo (posto de combustível) a ser inaugurado faça uso de propaganda em veículo de comunicação impressa para divulgar seu produto (informando apenas o preço) e combine acordo (provado mediante escuta telefônica com autorização judicial e comparativo de preços) entre concorrentes para fixar preço de revenda e vender combustível fora das especificações técnicas. Qual dispositivo estaria sendo violado no momento da veiculação da oferta?

- (A) A Lei nº 8.884, em seus artigos 20 e 21, porque a entabulação de acordo horizontal implica a formação de cartel, no que tange aos concorrentes.
- (B) A Lei nº 8.078/1990, o Código de Defesa do Consumidor (CDC), mediante publicidade abusiva, cf. art. 37, parágrafo 1º.
- (C) O CDC, mediante a prática de publicidade enganosa, cf. art. 37, parágrafo 2º.
- (D) O CDC, mediante a existência de fato do produto, no caso de dano provocado no bem do usuário, cf. o art. 12.
- (E) As normas relativas a publicidade comparativa, na medida em que vários concorrentes comparam os produtos concorrentes.

47

Com fundamento no art. 170 da CRFB, a disciplina da ordem econômica merece uma normatização específica, especialmente no que tange ao direito da concorrência, na Lei nº 8.884, de 14 de junho de 1994 (Lei de Defesa da Livre Concorrência - LDC). O direito material está disposto nos incisos I a IV do artigo 20, e o elenco de condutas está previsto no art. 21. Nos anos 1970, 1980 e até mesmo, parte relevante dos anos 1990, teve muita importância a análise sobre a tríade estrutura - conduta - desempenho. Considerando o critério para análise de infrações contra a ordem econômica, analise as proposições a seguir.

- I - Como bem delimita o esforço hermenêutico de outros sistemas, como por exemplo o europeu, a posição dominante do agente é imprescindível, pois a restrição à livre concorrência tão somente seria passível de constituir uma infração contra a ordem econômica se fosse resultado de uma situação de abuso de posição dominante ou de um acordo entre empresas, o que, inclusive, coincide, com a previsão não revogada do artigo 4º da precedente Lei nº 4.137/1962.
- II - Na sistemática da LDC brasileira, ao contrário do que ocorre com o sistema comunitário europeu, estando o “ato” sob análise elencado na lista exemplificativa do art. 21 da LDC, e implicando a incidência de quaisquer das categorias elencadas no *chapeau* do artigo 20 da LDC, tal ato deverá ser considerado como contrário à ordem econômica, o que pode não ter relação com os níveis eventualmente mais intensos de concentração estrutural no mercado relevante de que se trate.
- III - Sem concentração estrutural não há que se falar em infração contra a ordem econômica, em nenhuma hipótese, pois, obviamente, o emprego de determinadas restrições mediante atos unilaterais (ao contrário do que ocorre em acordos verticais), como a venda casada, por exemplo, se praticado por agente desprovido de poder de mercado, em nenhuma hipótese poderá implicar abuso de posição dominante, não sendo, portanto, suscetível de violar qualquer das categorias previstas nos incisos do artigo 20 da LDC.

Está(ão) correta(s) **APENAS** a(s) proposição(ões)

- (A) I
- (B) II
- (C) III
- (D) I e III
- (E) II e III

48

Considerando o caráter interdisciplinar do direito aplicável aos atos de intermediação de trocas comerciais em petróleo no varejo, um dos temas mais polêmicos são os critérios (legislativos, doutrinários e jurisprudenciais) utilizados para diferenciar contratos de distribuição de contratos de representação.

Em relação aos contratos de distribuição, pode-se afirmar que:

- I - os contratos de distribuição encerram várias operações de compra e venda de bens, destinados à revenda pelo distribuidor, sendo essas compras e vendas unificadas por uma identidade de causa (=função econômica);
- II - a propriedade do bem passa do fabricante ao distribuidor e, posteriormente, ao terceiro adquirente, ou seja, o distribuidor vende um bem de sua propriedade e não realiza uma mera intermediação entre o fabricante e o distribuidor final (como ocorre na representação comercial);
- III - o distribuidor comercializa os bens adquiridos do fabricante em uma determinada zona;
- IV - entre o fabricante e distribuidor não há vinculação (ou mesmo subordinação) econômica.

Estão corretas **APENAS** as afirmações

- (A) I e II
- (B) I e IV
- (C) III e IV
- (D) I, II e III
- (E) II, III e IV

49

Segundo o Estatuto do Petróleo, a ANP tem como finalidade, além de outras, a fiscalização das atividades econômicas integrantes da indústria do petróleo, do gás natural e dos biocombustíveis. Nesse caso, pode-se afirmar que a ANP

- I - fiscaliza, única e exclusivamente, as atividades integrantes da indústria do petróleo, do gás natural e dos biocombustíveis;
- II - faz cumprir as boas práticas de conservação e uso racional do petróleo, gás natural, seus derivados e biocombustíveis e de preservação do meio ambiente;
- III - aplica sanções administrativas e pecuniárias previstas em lei, regulamento ou contrato, no exercício da fiscalização direta, ou mediante convênios, das atividades da indústria do petróleo, do gás natural e dos biocombustíveis;
- IV - fiscaliza o adequado funcionamento do Sistema Nacional de Estoques de Combustíveis e o cumprimento do Plano Anual de Estoques Estratégicos de Combustíveis.

Estão corretas as afirmações

- (A) I e II, apenas.
- (B) I e IV, apenas.
- (C) I, III e IV, apenas.
- (D) II, III e IV, apenas.
- (E) I, II, III e IV.

50

Para estudar o desempenho dos preços da gasolina nas cinco regiões geográficas do país, selecionou-se uma amostra aleatória de postos de combustíveis em cada uma dessas regiões. Para cada posto selecionado computou-se o preço do litro da gasolina em um determinado período. Os resultados estatísticos, expressos em reais, encontram-se resumidos na tabela a seguir.

Região geográfica	Número de observações	Média	Mediana	Desvio padrão	1º quartil	3º quartil	Menor preço	Maior preço
Norte	38	2,69	2,79	0,54	2,52	2,84	2,33	2,89
Nordeste	34	2,62	2,62	0,52	2,35	2,66	2,35	2,89
Centro-Oeste	36	2,66	2,58	0,65	2,34	2,69	2,34	2,88
Sudeste	38	2,59	2,4	0,52	2,33	2,48	2,31	2,88
Sul	36	2,47	2,46	0,25	2,38	2,49	2,35	2,89

Com base nas informações e na análise da tabela acima, pode-se afirmar que:

- I - Os preços da região Sul são bem representados pelo preço médio, visto que a distribuição é homogênea, pois apresenta coeficiente de variação de aproximadamente 10%.
- II - Os preços da região Centro-Oeste são melhor representados pelo preço médio, pois esta região apresenta o maior desvio padrão entre todas as regiões.
- III - Nas regiões Sudeste e Sul existe, em cada uma, pelo menos um posto de combustível que adota um preço considerado *outlier*, utilizando-se como critério os limites inferiores e superiores obtidos em função dos quartis.

Está(ão) correta(s) a(s) afirmação(ões)

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

51

Em um determinado município, 20% de todos os postos de gasolina testados quanto à qualidade do combustível apontaram o uso de combustíveis adulterados. Ao serem testados, 99% de todos os postos desse município que adulteraram combustível foram reprovados, mas 15% dos que não adulteraram também foram reprovados, ou seja, apresentaram um resultado falso-positivo. A probabilidade de um posto reprovado ter efetivamente adulterado o combustível é, aproximadamente,

- (A) 0,62
- (B) 0,50
- (C) 0,32
- (D) 0,20
- (E) 0,12

52

Certo distribuidor, ao comercializar um novo aditivo, assegura que este faz reduzir o consumo de combustível. Com o objetivo de testar tal afirmação, selecionou-se uma amostra aleatória de 36 carros de diversos modelos, que fizeram o mesmo percurso, nas mesmas condições, com o combustível sem aditivo e depois, com aditivo. A média da diferença entre o consumo (sem aditivo menos com aditivo) fornecido pela amostra foi de 0,2 litros e desvio padrão amostral de 0,01 litros de combustível.

Como o p-valor desse teste é aproximadamente 0,10%, nos níveis de 1%, 5% e 10% de significância, respectivamente, conclui-se que o novo aditivo

	$\alpha=1\%$	$\alpha=5\%$	$\alpha=10\%$
(A)	não reduz o consumo	não reduz o consumo	não reduz o consumo
(B)	não reduz o consumo	reduz o consumo	reduz o consumo
(C)	não reduz o consumo	não reduz o consumo	reduz o consumo
(D)	reduz o consumo	não reduz o consumo	não reduz o consumo
(E)	reduz o consumo	reduz o consumo	reduz o consumo

53

Se a taxa de juros compostos for de 2% a.m., o valor presente líquido de dois pagamentos futuros, em 2 meses e em 5 meses, com os valores respectivos de R\$ 100,00 e R\$ 120,00, deve ser calculado pela seguinte fórmula:

- (A) $(100 + 120) / (1.02)^5$ (B) $\frac{100}{4\%} + \frac{120}{10\%}$
 (C) $\frac{100}{(1.02)^2} + \frac{120}{(1.02)^5}$ (D) $\frac{100}{(1.04)} + \frac{120}{(1.10)}$
 (E) $\frac{100}{(1.2)^2} + \frac{120}{(1.2)^5}$

54

A taxa interna de retorno (TIR) do fluxo financeiro de qualquer projeto de investimento é

- (A) sempre positiva.
 (B) igual à taxa de juros do mercado.
 (C) igual ao custo de capital para o investidor.
 (D) a taxa de desconto que anula o valor presente líquido (VPL) do fluxo financeiro.
 (E) o único critério válido para determinar se vale a pena fazer o investimento.

55

Quando o balanço de pagamentos de um país registra que a renda líquida enviada ao exterior é positiva, isto significa que

- (A) há uma fuga de capitais estrangeiros do país.
 (B) o PIB é maior que o PNB.
 (C) o país está perdendo reservas internacionais.
 (D) a taxa de câmbio (preço do dólar em moeda nacional) vai se valorizar.
 (E) as importações são maiores que as exportações.

56

Os aumentos do percentual requerido de reserva compulsória dos bancos comerciais no banco central têm como consequência um(a)

- (A) relaxamento na política fiscal.
 (B) aumento da taxa cambial.
 (C) aumento no lucro dos bancos.
 (D) política monetária mais restritiva.
 (E) redução nas taxas de juros.

57

Um consumidor tem renda igual a R\$ 1.000,00, gasta 20% da mesma com transporte e outros 30% com o aluguel de sua casa. Se no transporte houver uma redução de preço de 20% e o aluguel aumentar 10%, não ocorrendo nenhuma outra variação de preço, o poder de compra da renda do consumidor, isto é, sua renda real,

- (A) diminui aproximadamente 1%.
 (B) não sofre alteração.
 (C) aumenta aproximadamente R\$ 100,00.
 (D) aumenta aproximadamente 1%.
 (E) aumenta aproximadamente 15%.

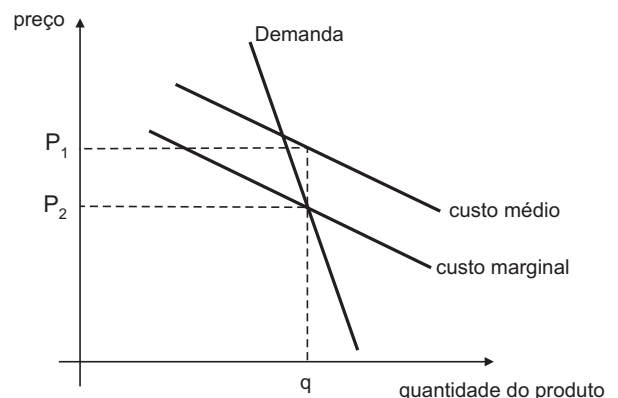
58

No caso da produção de álcool e açúcar a partir da cana, um aumento do preço internacional do açúcar tende a:

- (A) diminuir a produção de açúcar.
 (B) diminuir a produção de álcool.
 (C) reduzir o lucro das empresas produtoras de açúcar.
 (D) reduzir as compras de cana por parte das usinas.
 (E) aumentar os custos fixos de produção.

59

A figura abaixo, mostrando a demanda e os custos de uma empresa, ilustra a situação típica de um monopólio natural com um produto único.

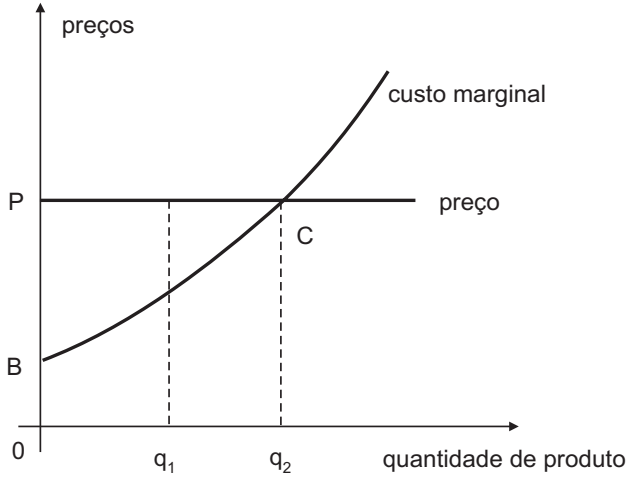


Neste caso,

- (A) o preço ótimo sob o ponto de vista de bem-estar social seria P_1 .
 (B) a produção de q em duas ou mais empresas reduziria os custos totais de produção.
 (C) a situação decorreria de haver deseconomias de escala em toda a amplitude relevante de produção.
 (D) a situação decorreria da subaditividade da função custo, ou seja, os custos seriam menores se a produção ocorresse em uma única empresa.
 (E) a curva de custo marginal deveria estar acima da curva de custo médio.

60

A figura abaixo ilustra uma situação na qual o preço de mercado do produto é P e a produção de uma certa empresa, que maximiza o lucro, foi restrita a q_1 . A figura mostra também a curva de custo marginal de produção por parte da empresa.

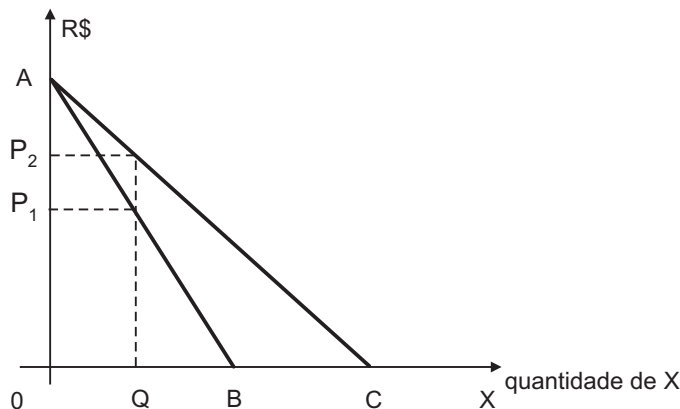


Pode-se concluir então que

- (A) se a produção aumentasse de q_1 para q_2 e o preço se mantivesse, o lucro da empresa seria maior.
- (B) se a restrição à produção fosse suspensa, a empresa continuaria produzindo a quantidade q_1 .
- (C) se a produção fosse q_1 , o custo médio seria maior que o custo marginal.
- (D) a área PBC na figura corresponde ao excedente do consumidor.
- (E) a eficiência econômica não é obtida porque o preço é maior que o custo médio.

61

A figura abaixo mostra as demandas AB e AC, pelo bem X, por parte de duas pessoas. Se X fosse um bem público disponível na quantidade $0Q$ na figura, as duas pessoas, em conjunto, estariam dispostas a pagar por esta quantidade de X um valor total igual a:



- (A) $0A$
- (B) $0P_1$
- (C) $0P_2$
- (D) $0P_1 + 0P_2$
- (E) $0P_2 + 4 \cdot 0P_1$

62

No contexto da regulação de um setor da economia, a teoria da captura, **NÃO** consiste

- (A) na proposição de que os interesses do regulador podem se alinhar com os das firmas reguladas.
- (B) na hipótese de que o regulador, como agente, acabe não atuando de acordo com os interesses do principal (o público).
- (C) na idéia de que a regulação pode capturar para a sociedade os ganhos excessivos dos monopolistas e oligopolistas.
- (D) na idéia de que a “demanda por regulação” se origina na própria indústria a ser regulada, para representar seus interesses.
- (E) na crítica feita à atividade de regulação que acaba protegendo o regulado.

63

Um critério básico para a definição de tarifas, por parte do órgão regulador, é o da taxa de retorno do capital. Este critério

- (A) tem problemas de assimetria de informação, sendo o regulado mais informado que o regulador sobre seus custos.
- (B) desincentiva sempre as empresas reguladas ao estabelecer tarifas inadequadas para remunerar o investimento.
- (C) é o único critério que pode levar ao ótimo social de preços serem iguais a custos marginais.
- (D) não leva em consideração os custos variáveis de produção, ao se concentrar na remuneração do capital.
- (E) não pode ser aplicado ao caso de monopólios naturais, pois levaria a perda das economias de escala.

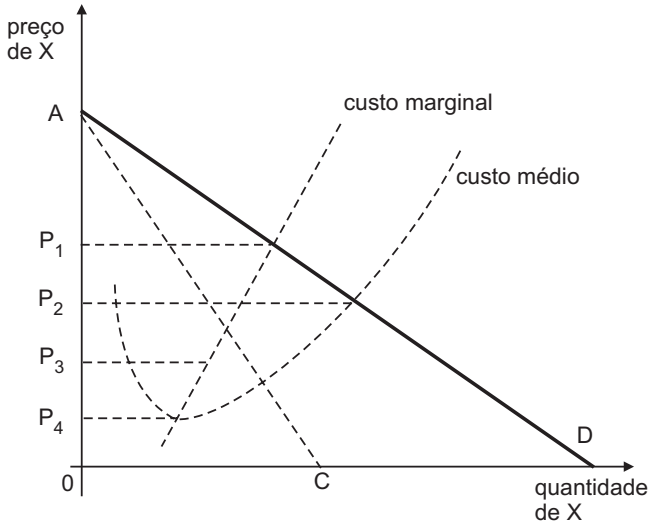
64

Uma indústria de rede tem como uma característica básica:

- (A) sua diversificação horizontal, em vários setores industriais, comerciais ou de serviços.
- (B) sua verticalização, formando uma cadeia de comando único da matéria-prima ao produto final.
- (C) a presença de externalidades decorrentes de que o benefício de um usuário depende do número de participantes da rede.
- (D) a formação de um conjunto de empresas cartelizadas.
- (E) as deseconomias de escala, pelas quais os custos aumentam rapidamente com o número de usuários.

65

A figura abaixo mostra a demanda AD pelo bem X, o qual é produzido monopolisticamente por determinada empresa. Mostra também o custo médio e o custo marginal da empresa monopolista, além da curva de receita marginal AC.



Para maximizar seu lucro, o monopolista cobrará o(um) preço:

- (A) P_1 (B) P_2
 (C) P_3 (D) P_4
 (E) maior que P_1

66

A ocorrência de cartéis torna-se mais provável devido à existência dos fatores a seguir, **EXCETO**:

- (A) produção concentrada em pequeno número de empresas.
 (B) elasticidade preço da demanda pelo produto elevada.
 (C) homogeneidade do produto.
 (D) fase madura do ciclo de vida do produto, com inovações menos freqüentes.
 (E) condições de demanda estáveis.

67

O Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência (SBDC) é composto pelas seguintes organizações:

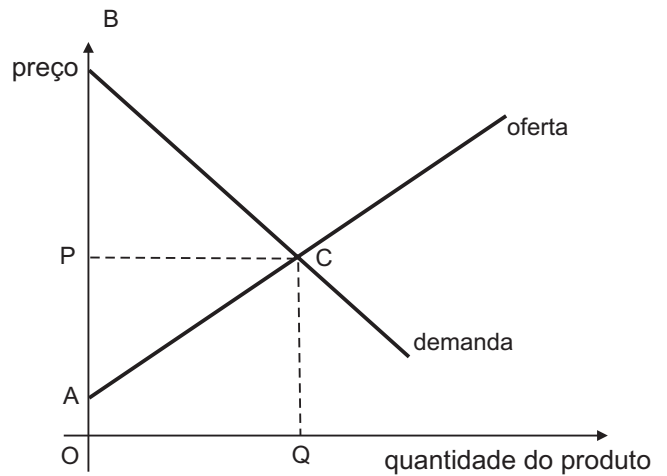
- I - Agências Reguladoras Brasileiras;
 II - CADE (Conselho Administrativo de Defesa Econômica);
 III - SEAE (Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda);
 IV - SDE (Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça);
 V - BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social).

Estão corretas as organizações:

- (A) I e II, somente.
 (B) I, II e V, somente.
 (C) II, III e IV, somente.
 (D) III, IV e V, somente.
 (E) I, II, III, IV e V.

68

A figura abaixo ilustra a demanda e a oferta num mercado competitivo.



Analisando a figura, conclui-se que

- (A) a área de OACQ corresponde ao excedente do produtor.
 (B) a área de ABC corresponde ao excedente do consumidor.
 (C) o excedente do consumidor aumentaria, se a formação de um cartel reduzisse a produção.
 (D) o excedente do consumidor é menor que o do produtor.
 (E) o equilíbrio de mercado, com preço P e quantidade Q, maximiza o excedente total do consumidor e do produtor.

69

Uma empresa, já atuando num determinado mercado, deseja se prevenir contra a entrada de concorrentes. Poderia praticar um preço predatório enquanto perdurasse a ameaça de entrada. A esse respeito, é possível afirmar que

- (A) um preço abaixo do custo total médio pode ser praticado por muito tempo se houver custos irrecuperáveis.
 (B) ao baixar o preço, a empresa sempre vai ter lucro negativo no curto prazo.
 (C) a estratégia de baixar o preço predatoriamente sempre é bem sucedida.
 (D) baixar o preço predatoriamente tem menos probabilidade de êxito se a entrada no setor requerer elevado capital inicial.
 (E) se o preço ficar abaixo do custo variável médio, o concorrente potencial certamente desistirá.

70

Uma diferença entre a atividade de regulação econômica e a de defesa da concorrência, embora não delineada de modo rígido, **NÃO** consiste no fato de que

- (A) a regulação costuma ser anterior (*ex-ante*) ao comportamento, e a defesa concorrencial, posterior (*ex-post*).
 (B) a defesa concorrencial se restringe essencialmente às questões de eficiência alocativa, não tratando de aspectos ambientais e de integração regional, por exemplo.
 (C) a defesa concorrencial visa a criar o mercado competitivo, e a regulação exige comportamentos adequados dos regulados.
 (D) a defesa concorrencial costuma ocorrer via medidas de reestruturação dos mercados, e a regulação via exigências comportamentais.
 (E) a regulação é conduzida no âmbito do poder judiciário e a defesa concorrencial no do poder legislativo.